CHAMAMENTO PÚBLICO CONDEMAT Nº 001/2018

PROCESSO 005/2018

PROJETO "RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA TIPO II".

OBJETO: SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL INTERESSADA EM CELEBRAR TERMO DE COLABORAÇÃO VISANDO IMPLEMENTAR O PROJETO NOMINADO "RESIDÊNCIA TERAPEUTICA TIPO II", COM ABRANGÊNCIA A TODOS OS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS, conforme exigências e demais especificações contidas no edital e seus anexos.

ENCERRAMENTO DA ENTREGA DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÕES: 13/08/2018 às 14:00 na Avenida Vereador Narciso Guimarães, 1.145 – Edifício Helbor Corporate 9. Pavimento – sala 901 – Centro Cívico – Mogi das Cruzes – SP – CEP : 08780-000.

EDITAL COMPLETO GRATUÍTO: A partir do **11/07/2018**, no mesmo endereço de abertura das 9:00 h às 17h dos dias úteis, mediante a entrega de PEN DRIVE/CD/DVD ou solicitação por meio do e-mail: condemat@condemat.sp.gov.br com preenchimento do nome da OSC, CNPJ, e-mail e telefone ou no site: www.condemat.sp.gov.br

Informações: (11) 4652-3413 - CONDEMAT

MOGI DAS CRUZES – SP 2018

CHAMAMENTO PÚBLICO nº 001/2018
PROCESSO 005/2018

O CONDEMAT – CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO TIETÊ torna público o presente Edital de Chamamento Público visando à seleção de Organização da Sociedade Civil interessada em celebrar Termo de Colaboração, nos termos da Lei nº 13.019/2014 alterada pela Lei nº 13.204, de 2015, que tenha por objeto a execução de SERVIÇOS RESIDENCIAIS TERAPEUTICOS TIPO II, conforme exigências e demais especificações contidas neste Edital e seus anexos.

1. PROPÓSITO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

1.1. A finalidade do presente Chamamento Público é a seleção de PROPOSTAS para a celebração de parceria com o **CONDEMAT – CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO TIETÊ**, por meio da formalização de Termo de Colaboração, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à Organização da Sociedade Civil (OSC), conforme condições estabelecidas neste Edital.

1.2. O procedimento de seleção reger-se-á pela Lei nº 13.019/2014, e pelos demais normativos aplicáveis, além das condições previstas neste Edital.

1.3. Poderão ser selecionadas até 02 (duas) PROPOSTAS, ou seja, uma para cada residência terapêutica, observada a ordem de classificação e a disponibilidade orçamentária para a celebração dos termos de colaboração.

2. OBJETO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

2.1. O Termo de Colaboração terá por objeto a concessão de apoio ao **CONDEMAT** para a execução de **SERVIÇOS RESIDENCIAIS TERAPEUTICOS TIPO II,** conforme exigências e demais especificações contidas neste Edital e seus anexos.

2.2. Objetivos Gerais da Parceria:

a). Garantir a assistência clínica e psicossocial, prioritariamente aos portadores de transtornos mentais, oriundos de tratamento psiquiátrico hospitalar prolongado com base no desenvolvimento de suas potencialidades e vida comunitária, bem como na condição de cidadania;

b) Garantia do atendimento a pessoa com sofrimento mental, consoante com os princípios da reforma psiquiátrica, em articulação (rede) com os demais dispositivos de atenção à saúde mental e à saúde em geral.

2.3. Objetivos Específicos da Parceria:

a) Propor ações que favoreçam a reabilitação e a inserção (ou reinserção) social do usuário à vida comunitária;
b) Facilitar a emancipação da capacidade de gerenciar sua própria vida;
c) Buscar a manutenção do usuário em tratamento clínico e psicossocial, na rede de serviço de saúde;
d) Estimular a participação e responsabilidade do usuário no processo de tratamento;
e) Atuar de forma articulada com a rede comunitária para o estabelecimento de parcerias que beneficiem o usuário no desenvolvimento pessoal e profissional;
f) Desenvolver ações integradas com o CAPS - Centro de Atenção Psicossocial e parceiros da comunidade.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. O presente projeto decorre da necessidade de instalação de Serviços Residenciais Terapêuticos nos municípios da Região do Alto Tietê, quais sejam: Mogi das Cruzes e Suzano. O que se dá em razão do fechamento dos Hospitais Psiquiátricos da Região de Sorocaba, sendo o Hospital Vera Cruz àquele que contava com maior número de pacientes entre os hospitais psiquiátricos daquela região.

3.2. Na região compreendida pelos onze municípios, excetuados Arujá, Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Guarulhos e Salesópolis, temos hoje, em decorrência do processo de desinstitucionalização dos pacientes "moradores" nos hospitais da região de Sorocaba, e do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC de 18 de dezembro de 2012, 20 (vinte) pacientes de origem ou com familiares residentes nestes municípios, sendo respectivamente:

Município	Número de Pacientes
Itaquaquecetuba	2
Mogi das Cruzes	10
Poá	1
Santa Isabel	3
Suzano	4
Total Geral	**20**

3.3. Diante disto, ***prevê-se a instalação num primeiro momento*** de 2 (duas) SRTs (Serviços Residenciais Terapêuticos) nos seguintes Municípios:

Município	Número de Residência*	Número de Pacientes
Mogi das Cruzes	**001**	**10**
Suzano	**001**	**10**
Total	**002**	**20**

***O número de moradias/município leva em consideração o número de pacientes de cada município segundo o** Censo Psicossocial dos Moradores em Hospitais Psiquiátricos do Estado de São Paulo atualizado 2012-2016 pela equipe de desinstitucionalização da Secretaria de Estado da Saúde do Governo de São Paulo.

3.4. Sabe-se, no entanto, que diante do processo de desinstitucionalização de outros hospitais ainda em curso, o número de eventuais moradores poderá ser ampliado, e que acarretará na consequente expansão dos serviços de RT.

4. PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO

4.1. Poderão participar deste Edital ***As Organizações Da Sociedade Civil (OSCS),*** assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas "a", "b" ou "c", da Lei nº 13.019, de 2014 (com redação dada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015):

a) entidade privada sem fins lucrativos (associação ou fundação) que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva ;

b) as sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social; ou

c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos.

4.2. Para participar deste Edital, a OSC deverá cumprir as seguintes exigências:

a) declarar, conforme modelo constante no **ANEXO I – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA,** que está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital e seus anexos, bem como que se responsabilizam pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

4.3. É permitida a atuação em rede, por duas ou mais organizações da sociedade civil, mantida a integral responsabilidade da organização celebrante do termo de colaboração, desde que a organização da sociedade civil signatária do termo de colaboração possua (artigo 35-A Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015):

a) Mais de cinco anos de inscrição no CNPJ (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015);
b) Capacidade técnica e operacional para supervisionar e orientar diretamente a atuação da organização que com ela estiver atuando em rede (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015).

4.4. A organização da sociedade civil que assinar o termo de colaboração deverá celebrar termo de atuação em rede para repasse de recursos às não celebrantes, ficando obrigada a, no ato da respectiva formalização (parágrafo único do art. 35 A da Lei nº 13.019, de 2014, Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015):

a) Verificar, nos termos do regulamento, a regularidade jurídica e fiscal da organização executante e não celebrante do termo de colaboração, devendo comprovar tal verificação na prestação de contas (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015);
b) Comunicar à administração pública em até sessenta dias a assinatura do termo de atuação em rede. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015).

5. REQUISITOS E IMPEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

5.1. Para a celebração do termo de colaboração, a Organização da Sociedade Civil deverá ser regidas por normas de organização interna que prevejam, ***expressamente,*** os seguintes requisitos:

a) ter objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social (art. 33, **caput**, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014). Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014);

b) que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019, de 2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (art. 33, inciso III, Lei nº 13.019, de 2014) Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014);

c) escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (art. 33, inciso IV, Lei nº 13.019, de 2014);

d) possuir, no momento da apresentação do plano de trabalho, no mínimo 3 (três) anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ (art. 33, inciso V, alínea "a", da Lei nº 13.019, de 2014);

e) possuir experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante na forma da Lei nº 13.019, de 2014;

f) possuir instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas. Para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas ou, alternativamente, prever a sua contratação, ou aquisição, ou locação com recursos da parceria, a ser atestado mediante declaração do representante legal da OSC, conforme **ANEXO II – DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS.**

g) Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria (art. 33, **caput**, inciso V, alínea "c" e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);

h) atender às exigências previstas na legislação específica, na hipótese de a OSC se tratar de sociedade cooperativa (art. 2º, inciso I, alínea "b", e art. 33, §3º, Lei nº 13.019, de 2014);

5.2 Para celebração da parceria prevista na lei nº 13.019 de 2014, as organizações da sociedade civil deverão apresentar (artigo 34 da Lei 13.019, de 2014):

a) apresentar certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições, de dívida ativa e trabalhista;

b) apresentar certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial (art. 34, **caput**, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014 redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015);

c) apresentar cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, conforme estatuto, com endereço, telefone, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles, conforme **ANEXO III – DECLARAÇÃO E RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE** (art. 34, **caput**, incisos V e VI, da Lei nº 13.019, de 2014);

d) comprovar que funciona no endereço declarado pela entidade, por meio de cópia de documento hábil, a exemplo de conta de consumo ou contrato de locação (art. 34, **caput**, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014);

5.3. ***Ficará impedida de celebrar o termo de colaboração*** a Organização da Sociedade Civil que:

a) não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional (art. 39, **caput**, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);

b) esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada (art. 39, **caput**, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014);

c) tenha, em seu quadro de dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública dos entes integrantes do **CONDEMAT**, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em

linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades acima referidas, sendo vedado que a mesma pessoa figure no termo de colaboração simultaneamente como dirigente e administrador público. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas (art. 39, **caput**, inciso III e §§ 5º e 6º, da Lei nº 13.019, de 2014);

d) tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados; ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição; ou, ainda, a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo (art. 39, **caput**, inciso IV, da Lei nº 13.019, de 2014);

e) tenha sido punida, pelo período que durar a penalidade, com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, com a sanção prevista no inciso II do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014, ou com a sanção prevista no inciso III do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014 (art. 39, **caput**, inciso V, da Lei nº 13.019, de 2014);

f) tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos (art. 39, **caput**, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014); ou

g) tenha entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (art. 39, **caput**, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014).

6. COMISSÃO PERMANENTE DE SELEÇÃO

6.1. A Comissão Permanente de Seleção é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente chamamento público, tendo sido constituída nos termos da Portaria nº **46/2018**, podendo ser auxiliada pela Comissão Técnica de Seleção de Projetos de Residências Terapêuticas,

nos termos da Portaria nº **47/2018**;

6.2. Deverá se declarar impedido membro da Comissão Permanente de Seleção ou da Comissão Técnica de Seleção de Projetos de Residências Terapêuticas que tenha participado, nos últimos 5 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer OSC participante do chamamento público, ou cuja atuação no processo de seleção configure conflito de interesse, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 (art. 27, §§ 2º e 3º, da Lei nº 13.019, de 2014). Configurado o impedimento previsto no § 2º do artigo 27 da lei 13.019 de 2014, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído.

6.3. A declaração de impedimento de membro Comissão Permanente de Seleção ou da Comissão Técnica de Seleção de Projetos de Residências Terapêuticas não obsta a continuidade do processo de seleção. Configurado o impedimento, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituto, sem necessidade de divulgação de novo Edital (art. 27 §§ 1º a 3º, da Lei nº 13.019/2014).

6.4. As propostas serão julgadas por uma comissão de seleção previamente designada, nos termos da lei 13.019, de 2014, ou constituída pelo respectivo conselho gestor, se o projeto for financiado com recursos de fundos específicos. (art. 27 § 1º, da Lei 13.019, de 2014).

6.5. Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão Permanente de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado, ou da Comissão Permanente de Seleção ou da Comissão Técnica de Seleção de Projetos de Residências Terapêuticas.

6.6. A Comissão Permanente de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

7. DA FASE DE SELEÇÃO

7.1. A fase de seleção observará as seguintes etapas:

Tabela 1

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	Datas
1	Publicação do Edital de Chamamento Público.	**11/07/2018**
2	Envio das PROPOSTAS pelas OSCs.	**11/07/2018 a 13/08/2018**
3	Etapa competitiva de avaliação das PROPOSTAS pela Comissão Permanente de Seleção.	**13/08/2018 a 17/08/2018**
4	Divulgação Da Ordenação das Propostas	**20/08/2018**
5	Analise de Documento (abertura ENVELOPE 2)	**20/08/2018 a 21/08/2018**
6	Divulgação do Resultado Preliminar	**22/08/208**
7	Interposição de recursos contra o resultado preliminar.	**3 (três)** dias contados da divulgação do resultado preliminar (**expira em 27/08/2018)**
8	Interposição de contrarrazões aos recursos	**3 (três)** dias da divulgação da interposição de recurso **(expira em 30/08/2018)**
9	Análise dos recursos pela Comissão Permanente de Seleção.	**3 (três)** dias após prazo final de apresentação das contrarrazões aos recursos (**expira em 04/09/2018)**
10	Homologação e publicação do resultado	**06/09/2018**

	definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver).	(esta data é estimada, podendo ocorrer antes ou depois)

7.2. Conforme exposto adiante, a verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração da parceria (arts. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014) e a não ocorrência de impedimento para a celebração da parceria (art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014) é posterior à etapa competitiva de julgamento das PROPOSTAS, sendo exigível apenas da(s) OSC(s) selecionada(s) (mais bem classificada/s), nos termos do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014.

7.3. A homologação não gera direito para organização da sociedade civil à celebração da parceria (§ 6º do artigo 27 da Lei 13019 de 2015, incluído pela Lei 13.204, de 2015)

7.4. Na hipótese de a organização da sociedade civil selecionada não atender aos requisitos exigidos nos arts. 33 e 34 da Lei 13.019, de 2014, aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada (§ 1º do art. 28 da Lei 13.019, de 2014, redação dada pela Lei 13.204, de 2015).

7.5. Etapa 1: Publicação do Edital de Chamamento Público.

7.5.1. O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial do **CONDEMAT – CONSÓCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO TIETÊ**, podendo ser consultado e retirado gratuitamente a partir do dia **11/07/2018**, na sede do **CONDEMAT** situado a Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, n 1.145, Edifício Helbor Corporate, 9 pavimento, sala 901, Centro Cívico, Mogi das Cruzes/SP, **das 9h às 17h dos dias úteis**, mediante a entrega de PEN DRIVE/CD/DVD, ou solicitação por meio do e-mail: condemat@condemat.sp.gov.br ou pelo site: www.condemat.sp.gov.br; Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (11) 4652.3413, ***com prazo mínimo de 30 (trinta) dias*** para a apresentação das PROPOSTAS, contado da data de publicação do Edital.

7.6. Etapa 2: Envio e Recebimento das PROPOSTAS e DOCUMENTAÇÃO pelas OSCs

7.6.1. Os envelopes poderão ser entregues **pessoalmente** a Comissão Permanente de Seleção, até às 14h00 do **13/08/2018**, para abertura às 14h00min do mesmo dia, na Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, 1145, Helbor Corporate – 9 pavimento, sala 901, Centro Cívico – Mogi das Cruzes – SP, **ou poderão ser entregues via postal (SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento).**

7.6.2. Procederá ao recebimento dos envelopes contendo as **PROPOSTAS E DOCUMENTOS**, das Organizações da Sociedade Civil, ambos em invólucros separados, indevassáveis, fechados e rubricados no fecho, que deverão conter os seguintes dizeres em sua face externa respectivamente:

AO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO TIETÊ - CONDEMAT
CHAMAMENTO PÚBLICO N° /2018
PROCESSO Nº /2018
ENVELOPE N° 01
PROPOSTA
NOME DA OSC (CNPJ)

AO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO TIETÊ - CONDEMAT
CHAMAMENTO PÚBLICO N° /2018
PROCESSO Nº /2018
ENVELOPE N° 02
DOCUMENTOS
NOME DA OSC (CNPJ)

7.6.3. A PROPOSTA, em uma única via impressa, deverá ter todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente e, ao final, ser assinada pelo representante legal da OSC proponente. Também deve ser entregue uma cópia em versão digital (CD ou *pen drive*) da PROPOSTA.

7.6.4. Após o prazo limite para apresentação das PROPOSTAS e Documentação, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícita e formalmente solicitados pelo **CONDEMAT**.

7.6.5 Cada OSC poderá apresentar apenas uma PROPOSTA.

7.6.6. Observado o disposto no item 7.6.3 deste Edital, as PROPOSTAS deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

a) a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto;

b) as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;

c) os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e

d) o valor global.(Tendo em vista o item 1.3 onde diz que serão selecionadas **2 (duas) propostas, <u>um para cada Residência Terapêutica</u>**, entende-se como valor global o total realizado para cada Residência Terapêutica).

7.6.6.1 Em observância do artigo 28 da Lei 13.019/2014, ***<u>a DOCUMENTAÇÃO</u>*** deverá comprovar os requisitos dispostos nos artigos 33 e 34 da Lei 13.019/2014, insculpidos nos Itens 5.1 e 5.2 desse Edital, além das Declarações em anexos.

7.6.7.Somente serão avaliadas as PROPOSTAS e DOCUMENTAÇÃO que forem enviadas dentro prazo constante do item **7.6.1.**

7.7. Etapa 3: Etapa competitiva de avaliação das PROPOSTAS pela Comissão Permanente de Seleção.

7.7.1. Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão Permanente de Seleção analisará as PROPOSTAS apresentadas pelas OSCs concorrentes. A análise e o julgamento de cada PROPOSTA serão realizados pela Comissão Permanente de Seleção, que terá total independência técnica para exercer seu julgamento.

7.7.2. A Comissão Permanente de Seleção terá o prazo estabelecido na Tabela 1 para conclusão do julgamento das PROPOSTAS e divulgação do resultado preliminar do processo de seleção, podendo tal prazo ser prorrogado, de forma devidamente justificada, por até mais 30 (trinta) dias.

7.7.3. As PROPOSTAS deverão conter informações que atendem aos critérios de

julgamento estabelecidos na Tabela 2 abaixo, observado o contido no **ANEXO V – PREFERÊNCIAS PARA COLABORAÇÃO.**

7.7.4. A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados no quadro a seguir:

Tabela 2

Tópicos	Critérios	Atende Completamente	Atende Parcialmente	Não Atende
(A) Sumário	Todos os tópicos, itens e subitens estarem corretamente registrados.	1	NA	0
	Correspondência adequada entre indicações das páginas e localização do início dos itens e subitens.	1	NA	0
(B) Apresentação	Correspondência entre a apresentação e os demais elementos presentes no plano de trabalho.	4	1	0
(C) Conhecimento do Objeto[1]	Articulação da proposta com a Política de desinstitucionalização de pacientes psiquiátricos com internação de longa permanência.	5	3	0
	Articulação da proposta seguindo o que consta na legislação de regência da matéria.	5	3	0
	Identificação dos principais direitos e eventuais problemas relacionados às RTs e	5	3	0

[1] A atribuição de nota "zero" neste critério implica a eliminação da PROPOSTA, por força do caput do art. 27 da Lei nº 13.019/2014: "Art. 27. O grau de adequação da proposta aos objetivos específicos do programa ou da ação em que se insere o objeto da parceria e, quando for o caso, ao valor de referência constante do chamamento constitui critério obrigatório de julgamento."

	demais políticas correlatas.			
	Conhecimento do tratamento dispensado aos moradores de RT em todas as situações do cotidiano da convivência em grupo	5	3	0
(D) Metodologia	Consistência da apresentação das atividades: existência de nível de detalhamento que permita identificar os objetivos de cada atividade, sua correlação com as questões levantadas na proposta, e OS recursos humanos e materiais envolvidos.	10	5	0
	Consistência da apresentação das atividades, assim entendida a coerência lógica entre a proposta e as finalidades.	10	5	0
	Suficiência das atividades para o cumprimento dos objetivos propostos	10	5	0
	Correlação entre as atividades e as metas estabelecidas para o projeto	5	3	0
	Consistência entre as atividades e a equipe de trabalho proposta	5	3	0
	Adequação da metodologia ao conteúdo programático proposto para o desenvolvimento do objeto e do escopo do chamamento	10	5	0

(E) Capacidade Técnico-Operacional	A instituição proponente deverá descrever, por meio de experiência comprovada no portfólio de realizações, a gestão de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante.	10	5	0
(F) Valor de Referência	Adequação da PROPOSTA ao valor de referência constante do Edital, com menção expressa ao valor global da PROPOSTA.	14 – desconto = ou > 10% 12 – desconto entre 9% e 9,99% 10 - desconto entre 8% e 8,99% 9 - desconto entre 7% e 7,99% 8 - desconto entre 6% e 6,99% 7 – desconto entre 5% e 5,99% 6 – desconto entre 4% e 4,99% 5 – desconto entre 3% e 3,99% 4 – deconto entre 2% e 2,99% 2 – desconto entre 1% e 1,99% 1 – desconto entre 0,1% e 0,99% 0 – sem desconto	NA	NA
PONTUAÇÃO MÁXIMA ADMITIDA				**100**

7.7.5. A falsidade de informações nas PROPOSTAS, sobretudo com relação ao critério de julgamento (E) (**Capacidade Técnico-Operacional)**, deverá acarretar a eliminação da PROPOSTA, podendo ensejar, ainda, a eliminação da PROPOSTA, a aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

7.7.6. O proponente deverá descrever minuciosamente as experiências relativas ao critério de julgamento (E) (**Capacidade Técnico-Operacional)**, informando as atividades ou projetos desenvolvidos, sua duração, financiador(es), local ou abrangência, beneficiários, resultados alcançados, dentre outras informações que julgar relevantes. A comprovação documental de tais experiências dar-se-á nas Etapas 1 a 3 da fase de celebração, sendo que qualquer falsidade ou fraude na descrição das experiências ensejará as providências indicadas no subitem anterior.

7.7.7. Serão eliminadas aquelas PROPOSTAS:

a) cuja pontuação total for inferior a 60 (sessenta) pontos;

b) que recebam nota "zero" nos critérios de julgamento (C), (D), (E) ou (F); ou ainda que não contenham, no mínimo, as seguintes informações: a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto; as ações a serem executadas; e o valor global proposto;

c) que estejam em desacordo com o Edital; ou

d) com valor incompatível com o objeto da parceria, a ser avaliado pela Comissão Permanente de Seleção à luz da estimativa realizada, e de eventuais diligências complementares, que ateste a inviabilidade econômica e financeira da PROPOSTA, inclusive à luz do orçamento disponível.

7.7.8. As PROPOSTAS não eliminadas serão classificadas, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela 2, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão Permanente de Seleção, em relação a cada um dos critérios de julgamento.

7.7.9. No caso de empate entre duas ou mais PROPOSTAS, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento (C). Persistindo a situação de igualdade, o

desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento (D), (E) e (F). Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a entidade com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

7.7.10. Será obrigatoriamente justificada a seleção de PROPOSTA que não for a mais adequada ao valor de referência constante do chamamento público, levando-se em conta a pontuação total obtida e, eventualmente, a proporção entre as metas e os resultados previstos em relação ao valor proposto.

7.8. Etapa 4: Divulgação do resultado preliminar.

7.8.1. A administração pública divulgará o resultado preliminar do processo de seleção na página do sítio oficial do **CONDEMAT** na internet (www.condemat.sp.gov.br) e no Diário Oficial do Estado, iniciando-se o prazo para recurso.

7.9. Etapa 5: Interposição de recursos contra o resultado preliminar. Haverá fase recursal após a divulgação do resultado preliminar do processo de seleção.

7.9.1. Os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 3 (Três) dias corridos, contado da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu, sob pena de preclusão. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

7.9.2. Os recursos deverão ser protocolados na sede do **CONDEMAT**.

7.9.3. É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, preferencialmente por via eletrônica, arcando somente com os devidos custos.

7.9.4. Interposto recurso, será dado ciência aos demais interessados por meio de publicação na pagina oficial na internet, www.condemat.sp.gov.br, no Diário Oficial do Estado para que, no prazo de 3 (três) dias corridos, contado imediatamente após o encerramento do prazo recursal, apresentem contrarrazões, se desejarem.

7.10. Etapa 6: Análise dos recursos pela Comissão Permanente de Seleção.

7.10.1. Havendo recursos, a Comissão Permanente de Seleção os analisará.

7.10.2. Recebido o recurso, a Comissão Permanente de Seleção poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias corridos, contados do fim do prazo para recebimento das contrarrazões, ou, dentro desse mesmo prazo, encaminhar o recurso ao Presidente do **CONDEMAT** com as informações necessárias à decisão final.

7.10.3. A decisão final do recurso, devidamente motivada, deverá ser proferida no prazo máximo de 3 (três) dias corridos, contado do recebimento do recurso. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou PROPOSTAS, que, neste caso, serão parte integrante do ato decisório. Não caberá novo recurso contra esta decisão.

7.10.4. Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil no âmbito do órgão ou entidade responsável pela condução do processo de seleção.

7.10.5. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.11. Etapa 7: Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver). Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, o **CONDEMAT** deverá homologar e divulgar, no seu sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado, as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

7.11.1. ***A homologação não gera direito para a OSC à celebração da parceria*** (art. 27, §6º, da Lei nº 13.019, de 2014).

7.11.2. Após o recebimento e julgamento das PROPOSTAS, havendo uma única entidade com PROPOSTA classificada (não eliminada), e desde que atendidas às exigências deste Edital, o **CONDEMAT** poderá dar prosseguimento ao processo de seleção e convocá-la para iniciar o processo de celebração.

8. DA FASE DE CELEBRAÇÃO

8.1. A fase de celebração observará as seguintes etapas até a assinatura do instrumento de parceria:

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA
1	Convocação da OSC selecionada para apresentação do plano de trabalho e comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais.
2	Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Análise do plano de trabalho.
3	Demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objetivo.
4	Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário.
5	Aprovação do plano de trabalho, nos termos da lei.
6	Parecer de órgão técnico que deverá de forma expressa a respeito dos requisitos do inciso V do artigo 35 da lei.
7	Parecer Jurídico
8	Formalização do termo de colaboração
9	Publicação do extrato do termo de colaboração no Diário Oficial do Estado.

8.2. **Etapa 1: Convocação da OSC selecionada para apresentação do plano de trabalho conforme estipulado em lei e comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais.** Para a celebração da parceria, o **CONDEMAT convocará** a OSC selecionada para no prazo de **10 (dez)** dias corridos a partir da convocação, apresentar o seu plano de trabalho e a documentação exigida para comprovação dos requisitos para a celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos legais (arts. 28, **caput**, 33, 34 e 39 da Lei nº 13.019, de 2014).

8.2.1. Por meio do plano de trabalho, a OSC selecionada deverá apresentar o detalhamento da PROPOSTA submetida e aprovada no processo de seleção, com todos os pormenores exigidos pela legislação (em especial o art. 22 da Lei nº 13.019, de 2014), observados os **ANEXOS IV – MODELO DE PLANO DE TRABALHO** e **V – REFERÊNCIAS PARA COLABORAÇÃO**.

8.2.2. O plano de trabalho deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos (art. 22 da Lei 13.019, de 2014):

a) a descrição da realidade objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo com a atividade ou o projeto e com as metas a serem atingidas;

b) a descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executadas;

c) a previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;

d) forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a elas atreladas;

e) definição dos parâmetros a serem utilizados para aferição do cumprimento das metas;

8.2.3. No caso de cotações, a OSC deverá apresentar a cotação de preços de, no mínimo, 3 (três) fornecedores, sendo admitidas cotações de sítios eletrônicos, desde que identifique a data da cotação e o fornecedor específico.

8.2.4. Além da apresentação do plano de trabalho, a OSC selecionada, no prazo de **10 (dez) dias corridos**, deverá comprovar o cumprimento dos requisitos previstos no inciso I do **caput** do art. 2º, nos incisos I a V do **caput** do art. 33 e nos incisos II a VII do **caput** do art. 34 da Lei nº 13.019, de 2014, e a não ocorrência de hipóteses que incorram nas vedações de que trata o art. 39 da referida Lei, que serão verificados por meio da apresentação dos seguintes documentos:

I - cópia do estatuto registrado e suas alterações, em conformidade com as exigências previstas no art. 33 da Lei nº 13.019, de 2014;

II - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitido

no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a OSC existe há, no mínimo, três anos com cadastro ativo;

III - comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante de, no mínimo, um ano de capacidade técnica e operacional, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros:

a) instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;

b) relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;

c) publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela OSC ou a respeito dela;

d) currículos profissionais de integrantes da OSC, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;

e) declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; ou

IV - Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;

VI - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

VII - relação nominal atualizada dos dirigentes da OSC, conforme o estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de cada um deles, conforme **ANEXO III – DECLARAÇÃO E RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE;**

VIII - cópia de documento que comprove que a OSC funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação;

IX - declaração do representante legal da OSC com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de

2014, as quais deverão estar descritas no documento, conforme modelo no **ANEXO VI – DECLARAÇÃO DA NÃO OCORRÊNCIA DE IMPEDIMENTOS;**

X - declaração do representante legal da OSC sobre a existência de instalações e outras condições materiais da organização ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria, conforme **ANEXO II – DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS;**

XI- declaração do representante legal da OSC conforme **ANEXO III – DECLARAÇÃO E RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE**; e

8.2.5. Serão consideradas regulares as certidões positivas com efeito de negativas, no caso das certidões previstas nos incisos IV, V e VI logo acima.

8.2.6. A critério da OSC, os documentos previstos nos incisos IV e V logo acima poderão ser substituídos pelo extrato emitido pelo Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias - Cauc, quando disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (art. 26, §3º, do Decreto nº 8.726, de 2016).

8.2.7. As OSCs ficarão dispensadas de reapresentar as certidões previstas nos incisos IV, V e VI logo acima que estiverem vencidas no momento da análise, desde que estejam disponíveis eletronicamente.

8.2.8. O plano de trabalho e os documentos comprobatórios do cumprimento dos requisitos impostos nesta Etapa serão apresentados pela OSC selecionada, tais documentos deverão ser entregues via postal (SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento) ou pessoalmente no endereço informado no item 7.4.2 deste Edital.

8.3. Etapa 2: Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Análise do plano de trabalho. Esta etapa consiste no exame formal, a ser realizado pelo **CONDEMAT**, do atendimento, pela OSC selecionada, dos requisitos para a celebração da parceria, de que não incorre nos impedimentos legais e cumprimento de demais exigências descritas na Etapa anterior. Esta Etapa 2 engloba, ainda, a análise do plano de trabalho.

8.3.1. No momento da verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração de parcerias,

o **CONDEMAT** deverá consultar o Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas – CEPIM, o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos – CADICON e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, para verificar se há informação sobre ocorrência impeditiva à referida celebração.

8.3.2. O **CONDEMAT** examinará o plano de trabalho apresentado pela OSC selecionada ou, se for o caso, pela OSC imediatamente mais bem classificada que tenha sido convocada.

8.3.3. Somente será aprovado o plano de trabalho que estiver de acordo com as informações já apresentadas na PROPOSTA apresentada pela OSC, observados os termos e as condições constantes neste Edital e em seus anexos. Para tanto, o **CONDEMAT** poderá solicitar a realização de ajustes no plano de trabalho.

8.3.4. Nos termos do §1º do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014, na hipótese de a OSC selecionada não atender aos requisitos previstos na Etapa 1 da fase de celebração, incluindo os exigidos nos arts. 33 e 34 da referida Lei, aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da PROPOSTA por ela apresentada.

8.3.5. Em conformidade com o §2º do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014, caso a OSC convidada aceite celebrar a parceria, ela será convocada na forma da Etapa 1 da fase de celebração e, em seguida, proceder-se-á à verificação dos documentos na forma desta Etapa 2. Esse procedimento poderá ser repetido, sucessivamente, obedecida a ordem de classificação.

8.4. **Etapa 3: Demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objetivo.**

8.5. **Etapa 4: Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário.**

8.5.1. Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, a OSC será comunicada do fato e instada a regularizar sua situação, no prazo de **5 (cinco)** dias corridos, sob pena de não celebração da parceria.

8.5.2. Caso seja constatada necessidade de adequação no plano de trabalho enviado pela OSC, o **CONDEMAT** solicitará a realização de ajustes e a OSC deverá fazê-lo em até **5 (cinco)** dias corridos, contados da data de recebimento da solicitação apresentada.

8.6. Etapa 6: Parecer de órgão técnico.

8.6.1. A celebração do instrumento de parceria dependerá da adoção das providências impostas pela legislação regente, incluindo a aprovação do plano de trabalho, a emissão do parecer técnico pela Câmara Técnica de Saúde, as designações do gestor da parceria e da Comissão de Monitoramento e Avaliação, e de prévia dotação orçamentária para execução da parceria. Ademais, deverá pronunciar de forma expressa a respeito dos requisitos do artigo 35, inciso V da Lei 13019/2014.

8.6.2. A aprovação do plano de trabalho não gerará direito à celebração da parceria.

8.6.3. No período entre a apresentação da documentação prevista na Etapa 1 da fase de celebração e a assinatura do instrumento de parceria, a OSC fica obrigada a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração.

8.6.4. A OSC deverá comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver.

8.7. Etapa 7: Parecer Jurídico: O parecer jurídico deverá vislumbrar a possibilidade ou não acerca da celebração da parceria.

8.8. Etapa 8: Formalização da parceria por meio de termo de colaboração: Após aprovação do parecer técnico e do parecer jurídico, a autoridade poderá formalizar a parceria. No caso do parecer técnico ou jurídico concluam sobre a possibilidade de celebração de parceria com ressalvas, deverá o Administrador Público sanar os aspectos ressalvados ou, mediante ato formal, justificar a preservação desses aspectos ou sua exclusão.

8.8.1. A Organização da Sociedade Civil deverá apresentar-se na data estipulada na convocação, para o fim de formalizar o termo de colaboração a partir da convocação.

8.9. Publicação do extrato do termo de colaboração no Diário Oficial do Estado. O termo de colaboração somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade do **CONDEMAT** (art. 38 da Lei nº 13.019, de 2014).

9. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR PREVISTO PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO

9.1. Os créditos orçamentários necessários ao custeio das despesas relativas ao presente Edital são provenientes da funcional programática **01.01.10.302.001.2.002.3.3.50.39 – R$ 675.878,56 (seiscentos e setenta e cinco mil, oitocentos e setenta e oito reais e cinquenta e seis centavos)** para o exercício de 2018; e por dotação específica para o exercício de 2019 – **R$ 577.239,24 (quinhentos e setenta e sete mil, duzentos e trinta e nove reais e vinte e quatro centavos).**

9.2. Os recursos destinados à execução das parcerias de que tratam este Edital são provenientes do orçamento do **CONDEMAT**, nos termos dos Contratos de Rateio celebrados com os municípios participantes do projeto.

9.3. Nas parcerias com vigência plurianual ou firmadas em exercício financeiro seguinte ao da seleção, o **CONDEMAT** indicará a previsão dos créditos necessários para garantir a execução das parcerias nos orçamentos dos exercícios seguintes.

9.3.1. A indicação dos créditos orçamentários e empenhos necessários à cobertura de cada parcela da despesa, a ser transferida pelos municípios membros do **CONDEMAT** nos exercícios subsequentes, será realizada mediante registro contábil e deverá ser formalizada por meio de certidão de apostilamento do instrumento da parceria, no exercício em que a despesa estiver consignada.

9.4. O valor total de recursos disponibilizados será de até **R$ 1.253.117,80 (um milhão, duzentos e cinquenta e três mil, cento e dezessete reais e oitenta centavos).** Nos casos das parcerias com vigência plurianual ou firmadas em exercício financeiro seguinte ao da seleção, a previsão dos créditos necessários para garantir a execução das parcerias será indicada nos orçamentos dos exercícios seguintes.

9.5. O valor de referência para a realização do objeto do termo de colaboração é de **R$ 49.319,66 (quarenta e nove mil, trezentos e dezenove reais e sessenta e seis**

centavos) para implantação de cada Residência Terapêutica; **R$ 48.103,27 (quarenta e oito mil, cento e três reais e vinte e sete centavos)** para manutenção de cada Residência Terapêutica; correspondente a **R$ 626.558,90 (seiscentos e vinte e seis mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e noventa centavos)** no primeiro ano para Residência Terapêutica; conforme disposto no **ANEXO V – REFERÊNCIAS PARA COLABORAÇÃO/PROJETO SERVIÇOS RESIDÊNCIAIS TERAPÊUTICOS**. O exato valor a ser repassado será definido no termo de colaboração, observada a PROPOSTA apresentada pela OSC selecionada.

9.6. As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o respectivo cronograma de desembolso, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades: (art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014)

a) Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

b) Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração;

c) Quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

9.7. As liberações de recursos obedecerão ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas da parceria, observado o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014.

9.8. Nas contratações e na realização de despesas e pagamentos em geral efetuados com recursos da parceria, a OSC deverá observar o instrumento de parceria e a legislação regente, em especial o disposto nos incisos XIX e XX do art. 42, nos arts. 45 e 46 da Lei nº 13.019, de 2014. É recomendável a leitura integral dessa legislação, não podendo a OSC ou seu dirigente alegar, futuramente, que não a conhece, seja para deixar de cumpri-la, seja para evitar as sanções cabíveis.

9.9. Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no plano de trabalho (art. 46 da Lei nº

13.019, de 2014):

a) remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

b) diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

c) custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria (aluguel, telefone, assessoria jurídica, contador, água, energia, dentre outros); e

d) aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

9.10. É vedado remunerar, a qualquer título, com recursos vinculados à parceria, servidor ou empregado público, inclusive àquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade do CONDEMAT ou das administrações públicas municipais consorciadas ao CONDEMAT, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias da União.

9.11. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao **CONDEMAT ,** por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do Condemat.

9.12. O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas. A seleção de PROPOSTAS não obriga o

CONDEMAT a firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.

10. CONTRAPARTIDA

10.1. Não será exigida qualquer contrapartida da OSC selecionada.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial do **CONDEMAT – CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO TIÊTE** na internet (www.condemat.sp.gov.br), com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a apresentação das PROPOSTAS, contado da data de publicação do Edital.

11.2. Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da data-limite para envio das PROPOSTAS, de forma eletrônica, pelo e-mail condemat@condemat.sp.gov.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço informado no subitem 7.4.2 deste Edital.

11.2.1. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data-limite para envio da PROPOSTA, exclusivamente de forma eletrônica, pelo e- mail condemat@condemat.sp.gov.br. Os esclarecimentos serão prestados pela Comissão Permanente de Seleção.

11.2.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

11.2.3. Eventual modificação no Edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das PROPOSTAS ou o princípio da isonomia.

11.3. O **CONDEMAT** resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.

11.4. A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

11.5. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Chamamento Público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da PROPOSTA apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. Além disso, caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014.

11.6. O **CONDEMAT** não cobrará das entidades concorrentes taxa para participar deste Chamamento Público.

11.7. Todos os custos decorrentes da elaboração das PROPOSTAS e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das entidades concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte do **CONDEMAT**.

11.8. É de ***RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA*** da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, **NÃO** implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública (CONDEMAT e aos municípios associados)

a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

11.9. Deverá a Organização da Sociedade Civil (OSC) ***dar inicio à execução das atividades para qual foi contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos*** após notificação do Condemat.

11.10. A ***organização da sociedade civil deverá divulgar*** na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o **Condemat.**

11.10.1. As informações do item 11.10 deverão incluir, no mínimo:

a) Data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;
b) Nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ da Secretária da Receita Federal do Brasil – RFB;
c) Descrição do objeto da parceria;
d) Valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;
e) Situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo, e
f) Quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício.

11.11. A ***entidade de terceiro setor contratada deverá publicar pela via eletrônica*** (site) todas as informações sobre suas atividades e resultados, dentre outros o estatuto social atualizado; termos de ajustes; planos de trabalho; relação nominal dos dirigentes; valores repassados; lista de prestadores de serviços (pessoas físicas e jurídicas) e os respectivos valores pagos; remuneração individualizada dos dirigentes e empregados com os respectivos nomes, cargos ou funções; balanços e demonstrações contábeis e os relatórios físico-financeiros de acompanhamentos, regulamento de compras e de contratação de pessoal. (Comunicado SDG. Nº 016/2018 do TCE/SP).

11.12. Caberá à Comissão fiscalizar o cumprimento do item 11.11 desse edital.

11.13. ***Deverão constar no Portal de Transparência da entidade a demonstração e identificação dos gastos*** custeados com os recursos públicos que foram repassados. (Comunicado SDG nº 019/2018 do TCE/SP).

11.14. O Condemat deverá exigir da entidade o cumprimento do item 11.12, bem como deve publicar em seu Portal de Transparência a demonstração e identificação dos gastos custeados com os recursos públicos que foram repassados.

11.15. Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observado o disposto no respectivo termo e na legislação vigente.

11.16. ***Caso a organização da sociedade civil adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade***, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.17. Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante: Anexo I – Declaração de Ciência e Concordância; Anexo II – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais Anexo III – Declaração e Relação dos Dirigentes da Entidade; Anexo IV – Modelo de Plano de Trabalho; Anexo V – Referências para Colaboração/Projeto Casa Abrigo; Anexo VI – Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos; Anexo VII – Minuta do Termo de Colaboração.

Mogi das Cruzes, 10 de julho de 2018.

RODRIGO KENJI DE SOUZA ASHIUCHI
Presidente do CONDEMAT

(MODELO)

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Declaro que a *[identificação da organização da sociedade civil – OSC]* está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital de Chamamento Público nº 001/2018 e em seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

Local-UF,_____de_____de 20___.

.....

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

(MODELO) ANEXO II
DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS

Declaro, em conformidade com o art. 33, **caput**, inciso V, alínea "c", da Lei nº 13.019, de 2014, que a *[identificação da organização da sociedade civil – OSC]*:

➢ dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU

➢ pretende contratar ou adquirir com recursos da parceria as condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU

➢ dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas bem como pretende, ainda, contratar ou adquirir com recursos da parceria outros bens para tanto.

OBS: A organização da sociedade civil adotará uma das três redações acima, conforme a sua situação. A presente observação deverá ser suprimida da versão final da declaração.

Local-UF,_____de_____de 20___.

.....

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

(MODELO)

ANEXO III

DECLARAÇÃO E RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

Declaro para os devidos fins, em nome da *[identificação da organização da sociedade civil – OSC]*, que:

- Não há no quadro de dirigentes abaixo identificados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal dos entes integrantes do **CONDEMAT**; ou (b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea "a". *Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);*

RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE		
Nome do dirigente e cargo que ocupa na OSC	Carteira de identidade, órgão expedidor e CPF	Endereço residencial, telefone e e-mail

➢ Não contratará com recursos da parceria, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal de entes integrantes do **CONDEMAT**, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

➢ Não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal de entes integrantes do **CONDEMAT**; (b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal de entes integrantes do **CONDEMAT**, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e (c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Local-UF,_____de_____de 20____.

.....

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO IV

MODELO DE PLANO DE TRABALHO

1 - DADOS CADASTRAIS:	
NOME DA INSTITUIÇÃO:	CNPJ:
TIPO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:	( )Sem Fins Lucrativos ( )Cooperativa ( )Religiosa

A) EM CASO DE ORGANIZAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS:

1. Comprovar por meio de cláusulas expressas no Estatuto que:

1.1) não há distribuição entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades;

1.2) há a aplicação integral do recursos na consecução do respectivo objeto social de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

1.3) possui objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

1.4) em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da lei 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta.
2. CNPJ que contenha informação expressa (código) de que se trata de entidade sem fins lucrativos;

3. Balanço patrimonial (para fins de comprovação da natureza da entidade)

B) caso a OSC (sem fins lucrativos, cooperativa ou organização religiosa) for a única no território da cidade de Mogi das Cruzes e Suzano, comprovar essa condição por meio de certidão do cartório de registros.

ENDEREÇO:			
BAIRRO:	CIDADE:	U.F.	CEP:
E-MAIL	TELEFONE:		

FOLHA
ASS.

CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA:	BANCO	AGÊNCIA
NOME DO RESPONSÁVEL:		CPF:
PERÍODO DE MANDATO:	CARTEIRA DE IDENTIDADE/ÓRGÃO EXPEDIDOR:	CARGO:
ENDEREÇO:		CEP:

2 - PROPOSTA DE TRABALHO:

NOME DO PROJETO:	PRAZO DE EXECUÇÃO	
	INÍCIO	TÉRMINO
PÚBLICO ALVO:		
OBJETO DE PARCERIA:		
DESCRIÇÃO DA REALIDADE QUE SERÁ OBJETO DA PARCERIA (DEVENDO SER DEMONSTRADO O NEXO ENTRE ESSA REALIDADE E AS ATIVIDADES OU PROJETOS E METAS A SEREM ATINGIDAS)		
JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO:		

3 - OBJETIVOS:

3.1 - GERAIS

3.2 - ESPECÍFICOS

4 - METODOLOGIA:

4.1 – FORMAS DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES OU DOS PROJETOS E DE CUMPRIMENTO DAS METAS

5 - METAS E RESULTADOS ESPERADOS:

5.1 - DESCRIÇÃO DAS METAS E DE ATIVIDADES OU PROJETOS A SEREM EXECUTADOS:
5.2 - RESULTADOS ESPERADOS:
5.3 - PARÂMETROS PARA AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS

6 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

META	ETAPA/FASE	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
			UNIDADE	QUANTIDADE	INÍCIO	TÉRMINO

7 - PREVISÃO DA RECEITA E DESPESA (R$1,00)

RECEITA	TOTAL	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
PROPONENTE			
CONCEDENTE			
TOTAL GERAL			

DESPESA	TOTAL	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
PROPONENTE			
CONCEDENTE			
TOTAL GERAL			

8 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R$ 1,00)

8.1 – CONCEDENTE

META	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS
META	7º MÊS	8º MÊS	9º MÊS	10º MÊS	11º MÊS	12º MÊS

8.2 - PROPONENTE - ORGANIZAÇÃO PARCEIRA (CONTRAPARTIDA)						
META	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS
META	7º MÊS	8º MÊS	9º MÊS	10º MÊS	11º MÊS	12º MÊS

9 - DETALHAMENTOS DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Material de Consumo	
Serviços de Terceiros – Pessoa Física	
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
Custos Indiretos/Equipe Encarregada pela execução	
Equipamentos e Materiais Permanentes	
TOTAL	

10 - PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL e ANUAL

A PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL deverá ser apresentada em até 15 (quinze) dias após o fim de cada mês e avaliada pelo CONDEMAT em até 30 (trinta) dias.

A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL deverá ser encaminhada até 90 (trinta) dias após o término do exercício e analisada em até 30 (trinta) dias pelo CONDEMAT.

A PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL deverá ser encaminhada em até 90 (noventa) dias após o final da vigência do Termo de Colaboração.

Após a análise da prestação de contas no prazo de até 90 dias, constatada irregularidade ou omissão, será concedido prazo de até 45 dias, prorrogáveis por igual período, para a entidade sanar irregularidades ou cumprir a obrigação, sem prejuízo das demais medidas administrativas, sob pena de glosas, devoluções de valores, compensações, retenções de repasses e rescisão do Termo de Colaboração.

11 – DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, declaro, para fins de comprovação junto ao CONDEMAT, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexiste qualquer débito ou situação de inadimplência com a Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal ou qualquer entidade da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento do CONDEMAT para aplicação na forma prevista e determinada por este Plano de Trabalho.

Pede deferimento.

Local e Data

Organização da Sociedade Civil

12 - APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO PELO CONDEMAT

12.1 – Comissão Técnica de Seleção de Projetos de Residências Terapêuticas:
( ) Aprovado ( ) Reprovado
Data:___/___/___
Assinatura:_____

12.2 – Comissão Permanente de Seleção:
( ) Aprovado ( ) Reprovado
Data:___/___/___
Assinatura:_____

12.3 – Gestor da Parceria – Gerente de Programas e Projetos do CONDEMAT (Fiscal da Parceria)
( ) Aprovado ( ) Reprovado
Data:___/___/___
Assinatura:_____

12.4 – Presidente do CONDEMAT:
( ) Aprovado ( ) Reprovado
Data:___/___/___
Assinatura:_____

(MODELO)
ANEXO V
REFERÊNCIAS PARA COLABORAÇÃO
PROJETO SERVIÇOS RESIDENCIAIS TERAPÊUTICOS

I. A Residência Terapêutica

Serviços Residenciais Terapêuticos tipo II, destinados à pacientes egressos de internação por long tempo (2 anos ou mais) em instituições psiquiátricas, de forma complementar ao Sistema Único d Saúde – SUS do município de São Paulo, considerando:

a. Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a, proteção recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outra providências;

b. Lei Nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestã do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recurso financeiros na área da saúde;

c. Portaria GM 106 / 2000 do Ministério da Saúde, que define Serviços Residenciais Terapêutico (SRT);

d. Lei Nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoa portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental;

e. Portaria Nº 52/GM/MS, de 20 de janeiro de 2004, que institui o Programa Anual de Reestruturação d Assistência Psiquiátrica Hospitalar no SUS;

f. Portaria Nº 2.644/GM/MS, de 28 de outubro de 2009, que estabelece novo reagrupamento de classe para os hospitais psiquiátricos, reajusta os respectivos incrementos e cria incentivo para internaçã de curta duração nos hospitais psiquiátricos e dá outras providências;

g. Portaria Nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

h. Recomendações da IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial, ocorrida entre 27 junho e 1º de julho de 2010;

i. Portaria Nº 3.088/GM/MS, de 23 de dezembro de 2011, que institui a Rede de Atenção Psicosso (RAPS) para pessoas com sofrimento ou transtorno mental, e com necessidades decorrentes do u de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do SUS, republicada em 21 de maio de 2013;

j. Portaria Nº 3.090/GM/MS, de 23 de dezembro de 2011, que altera a Portaria nº 106/GM/MS, de 1 de fevereiro de 2000, e dispõe, no âmbito da RAPS, sobre o repasse de recursos de incentivo d custeio mensal para implantação e/ou implementação e funcionamento dos Serviços Residencia Terapêuticos (SRT);

k. Portaria GM Nº 2.840 de 29 de dezembro de 2014 – Cria o Programa de Desinstitucionalizaçã integrante do componente "Estratégias de Desinstitucionalização da Rede de Atenção Psicossocial" (RAPS), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Entende-se como Serviço Residencial Terapêutico, de acordo com definição do Ministério da Saúd (fls. 48 e 49) por meio da Portaria nº 106/GM/MS, de 11 de fevereiro de 2000 e Portaria n 3.090/GM/MS, de 23 de dezembro de 2011: As Residências Terapêuticas são moradias inserida preferencialmente na comunidade, destinadas a acolher pessoas com internação de long permanência (dois anos ou mais ininterruptos), egressas de hospitais psiquiátricos e hospitais d custódia. A inserção em um SRT compõe o longo processo de reabilitação que deverá buscar progressiva inclusão social do morador. Assim, as residências terapêuticas constituem-se com alternativas de moradia para um grande contingente de pessoas que estão internadas há anos e hospitais psiquiátricos por não contarem com suporte adequado na família e na comunidade.

A Portaria nº3090/GM/MS, de 23 de dezembro de 2011, garante o recurso mensal de financiamento Amplia o acesso às pessoas vindas de Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, apó determinação judicial. Além disso, divide as residências em tipos I e II, a partir da avaliação da condições de saúde dos moradores, no que diz respeito ao grau de dependência e às necessidades d cuidados intensivos específicos, do ponto de vista da saúde em geral.

E ainda, de acordo com o Manual do Ministério da Saúde – 2004 "**Residências Terapêuticas – Par quem precisa de cuidados em saúde mental, o melhor é viver em sociedade**" (fls. 85 a 101):

> ***"As residências terapêuticas constituem-se como alternativas de moradia para u grande contingente de pessoas que estão internadas há anos em hospitais psiquiátrico por não contarem com suporte adequado na comunidade. Além disso, essas residência podem servir de apoio a usuários de outros serviços de saúde mental, que não conte com suporte familiar e social suficientes para garantir espaço adequado de moradia."***

Os Serviços Residenciais Terapêuticos constituem um recurso do SUS para a substituição dos leitos longa permanência, entre outras ações e dispositivos sistemáticos, o Programa de Volta para a Casa (L 10.708/2003); os Incentivos à implantação do Serviços Residenciais Terapêuticos (Portaria Gm/M 246/2005), entre outras ações. Aspecto importante, da necessidade dos dispositivos residenciais, é articulação dos vários aspectos da vida social de seus moradores, para a promoção de uma mobilizaç efetiva de todos os recursos públicos, privados, comunitários e individuais dispersos e disponíveis área em foco. O espaço urbano é muito rico em recursos fragmentados e dispersos, cuja procura mobilização é parte essencial do próprio processo de reinserção e integração social dos morador Inclui-se os recursos das diversas políticas e programas sociais públicos; dos benefícios sociais previdenciários que o usuário seja elegível; recursos das instituições psiquiátricas implicadas; recurs financeiros, imobiliários e de cuidado dos moradores; da capacidade de trabalho e geração de renda d próprios moradores; dos recursos comunitários, das entidades filantrópicas e assistenciais privadas e d empresas locais existentes na localidade, entre outros.

II. GESTÃO DOS SERVIÇOS RESIDENCIAIS TERAPÊUTICOS TIPO II

A equipe deverá estar em consonância com a equipe técnica de referência, de acordo com a Portari 3.090 GM/MS, cada módulo residencial deverá contar com:

II.1. EQUIPE MÍNIMA:

A equipe mínima do Serviço Residencial Terapêutico deverá estar em conformidade com a Portaria 309 GM/MS de 23 de dezembro de 2011. A seguir descrição do perfil técnico e atribuições dos profissionais:

a) 02 (DOIS) CUIDADORES por plantão, por moradia, em regime de escala de 12x36horas, no total d 10 cuidadores, funcionários da OSC, incluindo folguistas.

O número de integrantes da equipe de cuidadores por plantão, poderá ser alterada, dependendo d número de moradores, de sua autonomia e condições de saúde. Qualquer alteração no número d cuidadores deverá ser precedida de avaliação técnica pela equipe do serviço de saúde mental d referência e ou coordenação de saúde mental com o coordenador da casa, funcionário da OSC. A OS deverá garantir a contratação de cuidadores foguistas.

b) 01 (UM) COORDENADOR por moradia, funcionário da OSC, de nível universitário, com carg horária mínima de 20 horas semanais;

c) 01 (UM) AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS por moradia, com carga horária semanal de 40 hora distribuídas de acordo com a necessidade da residência

II.2. ATRIBUIÇÕES DA EQUIPE TÉCNICA:

O Serviço Residencial Terapêutico tipo II é voltado para aquelas pessoas com maior grau d dependência, que necessitam de cuidados intensivos específicos, do ponto de vista da saúde em gera que demandam ações mais diretivas com apoio técnico diário e pessoal, de forma permanente:

Este tipo de SRT deve acolher no máximo 10 (dez) moradores, não podendo exceder este número. Cad módulo residencial deverá estar vinculado a um serviço de saúde mental de referência (CAPS) d município que dará o suporte técnico profissional necessário a casa.

O Serviço de Saúde mental de referência (CAPS) ofertará cuidados de saúde mental e será responsáv pela elaboração do Projeto Terapêutico singular de cada morador, dando suporte técnico profission necessário ao serviço residencial. Tal suporte focaliza-se no processo de reabilitação psicossocial inserção dos moradores na rede social existente (trabalho, lazer, educação, entre outros).

A Secretaria de Saúde do Município que sediará a Residência Terapêutica será responsável pe disponibilização do auxiliar/técnico de enfermagem sob supervisão de enfermeiro do município pa apoio diário da casa.

a) CUIDADOR

O cuidador deverá ser um profissional da OSC, fundamental no projeto. Ele passa a operar em um residência e isso causa impactos importantes.

Os profissionais que cuidam de moradores do SRT deverão saber dosar sempre o quanto de cuidad deverá ser oferecido para auxiliar na aquisição de autonomia pelo usuário, numa negociação constante Este novo lugar de trabalho também vai requerer dos profissionais a realização de atividades que vã muito além de sua formação inicial, tais como: auxiliar e ou executar tarefas domésticas, auxiliar e o executar atividades da vida diária para os moradores com limitação na independência e ou autonomia ajudar no pagamento de contas, na administração do próprio dinheiro etc., requerendo do trabalhadores o desenvolvimento de novas formas de cuidar.

Os Cuidadores são pessoas preferencialmente oriundas da comunidade local com experiência em trabalhos comunitários e/ou em acompanhamento domiciliar de pessoas em situação de vulnerabilidad (por idade avançada, por algum tipo de limitação causada por transtorno físico e/ou mental ou outra situações que demandem o cuidado de um terceiro, entre outras). Assim, o cuidador assum importância vital, pois é responsável pela montagem de um acompanhamento diário da vida do moradores.

Com efeito, procura-se agregar entre os cuidadores tanto o perfil de alguém que possa operar n território, na gestão dos casos junto aos profissionais de referência dos CAPS, quanto o perfil ma adequado à função doméstica, de organização e gestão da casa, do cotidiano, de exploração do recursos locais junto aos moradores, ainda que possam compartilhar ações em comum. O cuidado portanto, assume o cuidado cotidiano neste dispositivo de moradia, tendo seu olhar direcionado para inclusão na vida comunitária, estando presente em ações diversas, conforme a demanda de cada casa de cada morador. A ênfase, nesta perspectiva de cuidado, é fazer junto com os moradores e não po eles, de forma tutelar. Ou seja, realizar aquilo que for necessário de acordo com a singularidade de cad situação e da autonomia do morador.

b) COORDENADOR

Coordenador deverá ser profissional da OSC, de nível superior, com formação preferencial na área d saúde (psicólogo, enfermeiro, terapeuta ocupacional, assistente social, e/ou com experiência acumulad em saúde mental e/ou gestão de residência terapêutica), sendo o trabalho voltado para a reabilitaçã psicossocial de pacientes com transtornos mentais severos e persistentes, requerendo o olhar da clín na construção dessas ações.

Deverá ser um profissional de nível superior, porque o foco do trabalho desses profissionais está formação de uma rede de proteção social e na (re)construção do cotidiano desses pacientes comunidade, portanto, fora do ambiente hospitalar e da esfera do Serviço de Saúde Mental no qua paciente se trata. Essa ação deverá estar alinhada ao projeto terapêutico e de reabilitação psicosso construído com o CAPS.

O Coordenador exerce uma função de supervisão e organização dos processos de trabalho dc cuidadores e não assumem papel de atendimento clínico dentro da casa, pois a casa não é o espaç terapêutico de tratamento. No entanto, detém um olhar da clínica e do cuidado em Saúde Menta estando atento à dinâmica de cada morador e as suas relações na casa. Atua ainda como interlocutor d cuidado junto a diferentes atores: CAPS, hospital, médicos de diferentes especialidades, justiç instituições sociais e financeiras, entre outras.

Entende-se, portanto, o papel do Coordenador como responsável pela condução do trabalho cotidian nas Residências Terapêuticas, seja nas diversas parcerias possíveis de serem estabelecidas dentro e for de cada casa, seja na interlocução com o território visando a possibilidade de aumento da autonomia protagonismo dos moradores em relação à própria vida.

Portanto, não aplicam testes, não fazem psicoterapia, não prescrevem medicação, e nenhuma outr atividade para a qual os Serviços de Saúde Mental da rede municipal estejam equipados em seu quadros.
Deverão elaborar relatórios individuais das atividades realizadas, que deverão ser entregue acompanhado da fatura mensal referente aos serviços prestados, bem como estabelecer mecanismc formais de controle de recursos oriundos dos benefícios dos moradores.

III. DAS RESPONSABILIDADES

III.1. RESPONSABILIDADE DA OSC:

Será de responsabilidade da OSC a execução das ações e serviços objeto deste Chamamento Público, ainda as seguintes responsabilidades:

a. Garantir que a atenção e o cuidado ao usuário considerando sua situação clínica e psicossocial, su integração à vida na cidade, criando uma rede de proteção social, comunitária, de saúde, c trabalho e lazer, para a reabilitação e integração social do usuário de acordo com a su singularidade e história. Ainda, desenvolver processos de trabalho que busquem a redução de dan como estratégia de cuidado e reabilitação psicossocial;

b. Comunicar de imediato à Comissão de Monitoramento e Avaliação a ocorrência de qualquer fa relevante para a execução do Termo de Colaboração;

c. Garantir aos profissionais da Comissão de Monitoramento e Avaliação o acesso à moradia, exercício de suas funções;

d. Responsabilizar-se perante a contratante e perante terceiros por quaisquer danos ou ocorrências função das atividades que executou por força do Termo de Colaboração, na medida de s participação no evento discutido;

e. Executar as atividades pactuadas, de acordo com o estipulado no Termo de Colaboração e respectiv Plano de Trabalho, e em conformidade com as orientações e diretrizes técnicas fixadas em conjunt com a Comissão de Monitoramento e Avaliação no desenvolvimento dos trabalhos;

f. Apresentar mensalmente à Comissão de Monitoramento e Avaliação, responsável pel acompanhamento dos serviços, relatório individual das atividades dos moradores;

g. Responsabilizar-se por sua estrutura própria de recursos humanos e materiais utilizados n execução da Residência Terapêutica,

h. Permitir que servidores da SMS, por meio das Comissões de Acompanhamento – SMS e/ou d Coordenação de Saúde Mental – SMS, exerçam atividades de acompanhamento e supervisão c execução do presente contrato.

i. Permitir, quando solicitado, que todos os processos das atividades contratadas sejam vistoriadc pela Comissão de Monitoramento e Avaliação;

j. Zelar pela transparência das ações objeto do Termo de Colaboração;

k. Atender moradores com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo a qualidad na prestação de serviços;

l. Em caso de urgência/emergência médica o encaminhamento do morador à Unidade de Saúde (UP/ PS, PA ou Hospital mais próximo) deverá ser feita pelo cuidador/profissional OSC, em serviço n momento da ocorrência.

m. Afixar, em local visível, informativo de sua condição de entidade integrante do SUS e da gratuidad dos serviços prestados nessa condição;

n. Esclarecer moradores e/ou responsáveis legais sobre seus direitos e assuntos pertinentes ac serviços oferecidos;

o. Respeitar a decisão do morador e/ou responsável legal, ao consentir ou recusar prestação d serviços de saúde, salvo em casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;

p. Garantir a confidencialidade de dados e informações sobre os moradores;

q. Disponibilizar aos seus profissionais envolvidos na execução dos serviços, ora contratados, produtos e equipamentos de proteção individual e ao paciente quando necessário.

r. Os serviços ora contratados serão prestados por profissionais devidamente incluídos no banco d dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES do CAPS de referência.

r.1. Para os efeitos do Termo de Colaboração consideram-se profissionais do próprio estabelecimento da OSC:

i. Profissional que tenha vínculo de emprego com a OSC;

ii. Profissional autônomo que, eventual ou permanentemente, preste serviço a OSC, ou seja, po esta autorizada a fazê-lo.

r.2. Equipara-se ao profissional autônomo definido no item ii do item r.1, empresa, grupo, sociedac ou conglomerado de profissionais que exerçam atividades na área de saúde.

r.3. É de responsabilidade exclusiva e integral da OSC a utilização de pessoal para execução d objeto do Termo de Colaboração, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhum hipótese poderão ser transferidos para o CONDEMAT, seus municípios consorciados ou a Ministério da Saúde.

r.4. Será vedada a cobrança por serviços médicos, psiquiátricos e outros complementares d assistência devida a pacientes.

r.5. A OSC responsabilizar-se-á por cobrança indevida, feita a paciente ou a seu representante po profissional empregado ou preposto, em razão da execução do objeto do Termo de Colaboraçã

r.6. Sem prejuízo de acompanhamento, fiscalização e normatização suplementares exercidos pel Comissão de Monitoramento e Avaliação sobre a execução do objeto do Termo de Colaboraçã a OSC reconhece, nos termos da legislação vigente, a prerrogativa de avaliação, regulaçã controle e auditoria dos órgãos gestores do SUS, ficando certo que a alteração decorrente d tais competências normativas será objeto de termo aditivo específico, ou de notificação dirigid à OSC.

r.7. A OSC fica obrigada a:

i. Seguir as normas do SUS elencadas e definidas na PT/GM nº 3.090, de 23 de dezembro d 2011, e/ou outras que venham a ser publicadas;

ii. Fornecer os dados referentes a cada Residência Terapêutica Tipo II, de cada um dos seu moradores ao CAPS de referência, necessários à alimentação dos sistemas de informaçã conforme anexo V da Portaria GM/MS 3.090 de 23 de dezembro de 2011.

iii. Obriga-se a apresentar mensalmente relatórios de atividades de cada moradia;

iv. Garantir aos profissionais da Comissão de Monitoramento e Avaliação o acesso à moradia, exercício de suas funções;

v. Substituir profissional, quando solicitado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, prazo máximo de 24 horas a contar do recebimento da notificação;

vi. Garantir o acesso do Conselho Municipal de Saúde aos serviços contratados no exercício seu poder de fiscalização;

vii. Cumprir as diretrizes da Política Nacional de Humanização – PNH, principalmente quanto que todo usuário do SUS saiba nomear quem são os profissionais que cuidam da sua saúde

IV. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

a) Será de responsabilidade da OSC contratada a execução das ações e serviços objeto deste Edital;

b) Prestar os serviços nas moradias na modalidade Serviços Residenciais Terapêuticos tipo I ininterruptamente durante 24 horas, 7 dias por semana – apresentar Plano de Trabalho;

c) Responsabilizar-se pela indenização de danos causados a moradores, aos órgãos do SUS e terceiros, decorrentes de ação ou omissão voluntária; de negligência, imperícia ou imprudência praticada por seus empregados, profissional ou por preposto

d) A OSC obriga-se a informar a Comissão de Monitoramento e Avaliação sobre as eventuais alterações na capacidade instalada do serviço, bem como a alteração do responsável técnico;

e) A eventual mudança do endereço da(s) moradia(s) deverá ser imediatamente comunicada Comissão de Monitoramento e Avaliação, que analisará a conveniência de manter os serviços em outro local podendo, ainda, rever as condições do Termo de Colaboração e, até mesmo rescindi-lo;

f) Havendo necessidade de mudança de moradia (venda ou retomada do imóvel, desapropriação necessidade de reforma, etc) a OSC deverá comunicar a Comissão de Monitoramento e Avaliação solicitar previamente visita técnica e aprovação.

g) A Comissão de Monitoramento e Avaliação deverá comunicar eventual mudança de endereço d moradia ao Gestor do Termo de Colaboração para que sejam tomadas as medidas cabíveis;

h) Apresentar à Comissão de Monitoramento e Avaliação relatório mensal de atividades de cada morador, acompanhada de fatura mensal discriminada referente aos serviços prestados;

i) Apresentar o controle da utilização de recursos oriundos de benefícios dos moradores, criand mecanismos claros e eficazes para monitorar e controlar a utilização de recursos dos cartões d benefícios dos moradores por terceiros (profissional responsável), visando a transparência da despesas como garantia de direitos dos usuários.

j) Apresentar mensalmente à Comissão de Monitoramento e Avaliação, e Ministério Público, no caso c curatela, planilhas discriminadas de todos os gastos de cada morador acompanhadas do respectivos comprovantes (notas/cupons fiscais, recibos, ou outros mecanismos comprobatórios referente aos benefícios assistenciais que porventura forem recebidos pelos moradores, sendo qu os valores não utilizados no mês corrente, deverão ser depositados em conta poupança em nome c morador com interdição.

k) No caso de demissão ou afastamento do profissional coordenador da residência, a OSC indicar imediato e formalmente o responsável por este controle.

l) Apresentar **PLANO DE TRABALHO** para prestação dos Serviços Residenciais Terapêuticos Tipo I contemplando:

I.1. DA ESTRUTURA FÍSICA MÍNIMA PARA SERVIÇOS RESIDENCIAIS TERAPÊUTICOS

I.1.1. A moradia deverá apresentar no mínimo a seguinte estrutura:

I.1.2. Manter vaga para 10 (dez) pessoas, com acessibilidade, adequada para o lazer, conforto alimentação e convívio social;

I.1.3. Estar localizada na área urbana, próximo ao CAPS de referência, fora dos limites d unidades hospitalares gerais ou especializadas;

I.1.4. Possuir, no mínimo, 03 (três) dormitórios para acomodação máxima de 04 (quatro pessoas em cada dormitório, devidamente equipados com cama, colchão, travesseiros armários; sala de estar com mobiliário adequado (TV, sofás, etc.) para o conforto e a bo comodidade dos usuários; copa e cozinha equipadas e mobiliadas (geladeira, fogão, armários mesa e cadeiras suficientes para os moradores) para a execução das atividades domésticas banheiros com chuveiros e vasos sanitários com assentos; área de serviço com máquina de lava roupas e demais mobiliários que se fizerem necessária.

I.1.5. É recomendável que a residência possua área externa para deambulação dos usuários

I.2. Equipe técnica a ser disponibilizada para cada moradia (categoria profissional, carg horária);

I.3. Garantia de direito de escolha e desenvolvimento da autonomia do morador;

I.4. Liberdade de ir e vir sem restrição de horário;

I.5. Garantia da escolha do que comer, vestir, de utilização dos recursos do benefício, opção c lazer, etc.

I.6. Disponibilização de móveis, eletrodomésticos e utensílios domésticos necessários para equipar residência; não inclui despesas com artigos de toucador, serviços pessoais, vestuário, sapato bolsas e cintos, artigos de papelaria, livros e materiais de lazer, recreação, esporte e diversão.

I.7. Garantia do fornecimento de gás de cozinha e custeio de contas de consumo, como água, lu telefone, etc.

I.8. Fornecimento de material de limpeza e higiene geral (produtos de limpeza: para casa, roupas louças) e de insumos em geral para a manutenção e funcionamento da casa (rodo, vassoura, pap higiênico, água potável, saco de lixo, etc.)

I.9. Garantir o custeio de auxílio locomoção, para despesas com o deslocamento do morador e d seu acompanhante (Cuidador ou Coordenador), como por exemplo a disponibilização de veículo para ida e volta em consultas médicas, ou outra atividade que se fizer necessário.

I.10. Garantir o fornecimento de no mínimo, 3 refeições por dia (café da manhã, almoço e jantar);

I.11. Garantir o fornecimento de alimentação adequada para pacientes com doenças metabólicas out as (diabéticos, insuficiência renal crônica, hipertensos, etc);

I.12. Garantir a reposição, quando necessário, de artigos de copa/cozinha, cama, mesa e banho;

I.13. Garantir realizar às suas expensas, sempre que necessário, manutenção preventiva e corretiv predial e/ou reparos na rede elétrica, hidráulica, de internet e telefonia, pintura de paredes, troca d lâmpadas, conserto ou substituição de móveis e/ou eletroeletrônicos e/ou eletrodomésticos, etc na moradias onde os Serviços Residenciais Terapêuticos são prestados.

I.14. Responsabilizar-se pela contratação, capacitação, treinamento para atendimento humanizado

i. Contratação dos profissionais, por processo seletivo, que garanta a seleção de candidato adequados ao perfil pretendido, para atuar no desenvolvimento das ações d

desinstitucionalização e atividades ligadas a rede de cuidados e acompanhament terapêutico, apoio, controle e avaliação das atividades dos Serviços Residencia Terapêuticos (SRTs).

ii. O processo seletivo deverá contemplar uma etapa de análise de currículo e entrevista, cor a participação de membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação, para a qual s destina a vaga no SRT II.

iii. Garantia de pagamento de todos os profissionais necessários à prestação dos serviço contratados;

I.15. Garantir que a atenção e o cuidado ao usuário considerando sua situação clínica e psicossocia sua integração à vida na cidade, criando uma rede de proteção social, comunitária, de saúde, d trabalho e lazer, para a reabilitação e integração social do usuário de acordo com a su singularidade e história. Ainda, desenvolver processos de trabalho que busquem a redução de danc como estratégia de cuidado e reabilitação psicossocial;

I.16. Apresentar à Comissão de Monitoramento e Avaliação o PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃ PERMANENTE que contemple os profissionais que atuam nos SRT, até três meses após a assinatur do Termo de Colaboração;

I.17. Apresentar à Comissão de Monitoramento e Avaliação relatório mensal de atividades de cad morador, acompanhada de fatura mensal discriminada referente aos serviços prestados;

I.18. Apresentar o controle da utilização de recursos oriundos de benefícios dos moradores, criand mecanismos claros e eficazes para monitorar e controlar a utilização de recursos dos cartões d benefícios dos moradores por terceiros (profissional responsável), visando a transparência da despesas como garantia de direitos dos usuários.

I.19. Comunicar aos familiares ou responsável legal, bem como à Comissão de Monitoramento Avaliação de intercorrência clínica grave, acidentes, evasão ou falecimento de beneficiário d programa, no máximo 24 horas após a ocorrência.

(MODELO)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DA NÃO OCORRÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

Declaro para os devidos fins, que a *[identificação da organização da sociedade civil – OSC]* e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014. Nesse sentido, a citada entidade:

- Está regularmente constituída ou, se estrangeira, está autorizada a funcionar no território nacional;
- Não foi omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
- Não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau. *Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);*
- Não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, observadas as exceções previstas no art. 39, **caput**, inciso IV, alíneas "a" a "c", da Lei nº 13.019, de 2014;
- Não se encontra submetida aos efeitos das sanções de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora e, por fim, declaração de inidoneidade para participar

de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;

- Não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos, e
- Não tem entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Local-UF,_____de_____de 20____.

.....

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO VII

Termo de Colaboração nº 001/2018

Termo de Colaboração nº 001/2018, que fazem entre si o CONDEMAT – Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tiête e a _____ de _____, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Aos ____ de _____ de 2018, nesta cidade de MOGI DAS CRUZES, Estado de São Paulo, no Condemat – Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tiête, compareceram as partes entre si justas e contratadas, a saber: de um lado a **CONDEMAT**, pessoa jurídica de direito público, constituído na forma prevista na Lei nº 11.107/2005, inscrita no CNPJ sob o nº 13.569.532/0001-96, com sede na Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, 1.145, 9º andar, sala 901, Centro Cívico, Mogi das Cruzes/ SP, CEP: 08780-000, e-mail condemat@condemat.sp.gov.br, neste ato legalmente representado pelo Presidente em Exercício 2018, **RODRIGO KENJI DE SOUZA ASHIUCHI**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade R.G. nº. 30.079.595-6 SSP/SP e inscrito no C.P.F. nº. 276.171.928-00, residente e domiciliado na cidade de _____, na _____, nº _____, daqui por diante denominado simplesmente "**CONTRATANTE**", e a _____, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, situada à _____ nº _____, bairro _____, na cidade de _____, estado de _____, CEP _____, inscrita no CNPJ nº _____, Local de Execução do Projeto: _____, _____, neste ato representado por _____, _____ (nacionalidade), _____ (estado civil), _____(profissão), RG: _____ , CPF: _____ , residente e domiciliado à _____, nº _____, _____, _____ – ___, a seguir denominada "**CONTRATADA**", acordam e ajustam firmar o presente Termo de Colaboração, nos termos da Lei 13.019/2014, e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições constantes do edital e anexos do chamamento público, pelos termos do Plano de Trabalho e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO- o presente Termo de Colaboração possui a finalidade de assegurar a _____(objeto, definir se é projeto ou atividade), conforme condições estabelecidas no Plano de Trabalho e condições fixadas neste instrumento e seus anexos.

Parágrafo Primeiro- Integram e completam o presente Termo de Colaboração, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições nele expressas o Plano de Trabalho e seus anexos apresentado pelo Condemat.

CLÁUSULA SEGUNDA – DIREITOS E OBRIGAÇÕES – A **CONTRATADA** é responsável, obrigando-se nos seguintes termos:

a) iniciar a execução do objeto pactuado após assinatura do termo de (colaboração/fomento);

b) Fica ainda responsável pelos prejuízos e danos pessoais e materiais que eventualmente venha causar à CONTRATANTE ou a terceiros em decorrência da execução do objeto do presente edital, correndo exclusivamente às suas expensas os ressarcimentos ou indenizações reivindicadas judicial ou extrajudicialmente.
c) Facilitar a fiscalização pelo CONTRATANTE, por meio da atuação do Gestor e da Comissão de (Monitoramento e Avaliação ou de Avaliação) durante a vigência da parceria;
d) Cumprir em sua integridade, as exigências do presente Termo de Colaboração e seus anexos, bem como do respectivo Plano de Trabalho.

A **CONTRATANTE** é responsável, obrigando-se nos seguintes termos:
1- A fiscalização da parceria será feita pela _____, através do gestor designado, com as seguintes atribuições preconizadas no art. 61 da Lei 13.019/2014.

a) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
b) Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidade na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados.
c) Emitir parecer técnico conclusivo da análise da prestação de contas final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Le 13.019/2014.
d) Disponibilizar materiais equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR- Dá-se como valor ao objeto ora Pactuado para a presente parceria a importância de até _____, que serão distribuídos de _____ conforme plano de trabalho.
Parágrafo Primeiro – As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com cronograma de desembolso aprovado, transferidos eletronicamente na conta indicada pela CONTRATADA, não havendo sob hipótese alguma antecipação de pagamento.

Parágrafo Segundo – O **CONDEMAT** – Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tiête reserva-se o direito de reter os pagamentos à **CONTRATADA**, caso constado qualquer das impropriedades previstas nos art. 48 da Lei nº 13.019/2014.

Parágrafo Terceiro – Quando a Liberação dos recursos ocorrer em 03 (três) ou mais parcelas, o repasse da terceira parcela, bem como das demais, ficará condicionada à comprovação da prestação de contas, cujo prazo de entrega encontra-se vencido.

Parágrafo Quarto – O pagamento de qualquer parcela somente será efetuado nos termos do pactuado neste termo.

Parágrafo Quinto – **RECURSO FINANCEIRO** – Os recursos orçamentários necessários para a execução do objeto do presente Termo de Colaboração correrão por conta de Dotações:
_____(número das dotações)
_____(dotações)

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO – O prazo do presente ajuste deverá ser de _____ à

_____ de _____, abrangendo os serviços respectivamente prestados por essa entidade em consonância a com o constante no respectivo plano de trabalho, o qual fica convalidado pelo presente Termo de Colaboração ora formalizado.

Parágrafo único - O prazo poderá ser prorrogado nos termos do art. 55 e paragrafo único da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÃO DE PRESTAR CONTAS

Parágrafo primeiro – A prestação de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão em plataforma eletrônica, permitindo a visualização por qualquer interessado.

Parágrafo segundo – A prestação de contas relativa à execução do Termo de Comento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, além dos seguintes relatórios:

1- Relatório de execução do objeto, elaborado pela **CONTRATADA**, contendo as atividades ou projetos de desenvolvimento para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
2- Relatório de execução financeira do Termo de Colaboração, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho

Parágrafo terceiro – O **CONTRATANTE** deverá considerar ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

1 – Relatório de visita técnica in loco eventualmente realizada durante a execução da parceria;

2 – Relatórios técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento.

Parágrafo quarto – O gestor emitirá parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria celebrada.

1 – No caso de prestação de contas única, o gestor emitirá parecer técnico conclusivo para fins de avaliação do cumprimento do objeto;

2 – Se a duração da parceria exceder um ano, a organização da sociedade civil deverá apresentar prestação de contas ao fim de cada exercício, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto.

Parágrafo quinto – O prazo de prestação de contas é de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

CLÁUSULA SEXTA - A execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pela _____ Social na figura do Gestor designado, que apontará as deficiências verificadas, as quais deverão ser sanadas pela CONTRATADA, devendo esta proceder às correções e os ajustes necessários ao bom andamento do presente termo.

Parágrafo único – Deverá se utilizar a forma de monitoramento e tecnológicos indicados na Cláusula segunda.

CÁUSULA SÉTIMA – OBRIGATORIEDADE DE RESTITUIÇÃO DE RECURSOS, NOS TERMOS DA LEI.

Parágrafo Único – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA OITAVA – Poderá a **CONTRATANTE** assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA NONA – Deverá a **CONTRATADA** autorizar o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA – É de responsabilidade exclusiva da **CONTRATADA** o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – É de responsabilidade exclusiva da **CONTRATADA** o pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no **TERMO DE COLABORAÇÃO, NÃO** implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da **CONTRATANTE** a inadimplência da **CONTRATADA** em relação ao referido pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O **CONTRATANTE** ficará isento de responsabilidade acerca de quaisquer ocorrências que porventura surjam durante a vigência da parceria ficando sob responsabilidade da **CONTRATADA** fornecer, caso necessário, a seus funcionários todos os equipamentos necessários para a execução da presente parceria.

Parágrafo primeiro – Após a assinatura do termo de (colaboração/fomento) pela **CONTRATANTE** é obrigatório à abertura do "Relatório de Execução do Objeto" e "Relatório de execução financeira".

Parágrafo segundo – A contratada é obrigada a corrigir, readequar ou realinhar, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços objeto do contrato em que se verificarem empregados de forma inadequada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- A **CONTRATADA** obriga-se a executar os serviços mencionados na Cláusula primeira, segundo as metas pactuadas, fornecendo mão-de obra, insumos, infraestrutura e demais elementos necessários à sua perfeita execução.

CLÀUSULA DÉCIMA QUARTA- Sanções administrativas a entidade (art. 73 da Le

13.019/2014)
Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei e da legislação especifica, a contratante poderá garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções:
I - Advertência;
II - Suspenção temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contratos com órgãos e entidade da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.;
III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II deste artigo.

Parágrafo Primeiro: A sanção estabelecida no inciso II e III do caput deste artigo é de competência exclusiva do _____, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

Parágrafo Segundo: A **CONTRATADA**, bem como seus diretores, sócios gerentes e controladores declarados impedidos de licitar e contratar com a administração pública municipal, serão incluídas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar Contratar.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - A **CONTRATADA** reconhece e declara expressamente a sua responsabilidade pelo atendimento das metas pactuadas, nos termos dos artigos 22, 24 da Lei nº 13.019/2014 e demais legislação, normas e regulamentos pertinentes à matéria, conforme as condições do contrato.

Parágrafo único - No caso da Contratada ser responsável pelo fornecimento de insumos, estes devem ser 1º qualidade, responsabilizando-se por qualquer problema surgido na execução das ações e trabalhos inerentes a execução da parceria, devendo reparar de forma premente no total ou parcialmente para o bom andamento da mesma.

CLÀUSULA DÉCIMA SEXTA – Se, por qualquer razão, a **CONTRATADA** não acatar qualquer laudo, parecer ou relatório do gestor da parceria, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica ou contábil relativa à discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – A perícia a que se refere à cláusula anterior poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais obrigatoriamente indicado pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- este Termo de Colaboração poderá ser alterado ou prorrogado:
I – A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da **CONTRATADA**, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada na _____administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência.
II- A prorrogação de ofício da Vigência do instrumento deve ser feita pela _____administração pública, antes do seu término, quando ela der causa a atraso

verificado.

III – O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL – O presente Instrumento de parceria rege-se pelas disposições expressas na Lei 13.019/2014, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe supletivamente no que couberem, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – CASOS OMISSOS – Os casos omissos será resolvido as luz da Lei nº 13.019/2014, e dos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – As partes poderão denunciar, por escrito, a qualquer tempo, e rescindir de pleno direito o presente Termo, devendo ser imputadas as responsabilidade das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido e creditados os benefícios adquiridos no mesmo período.

Parágrafo Primeiro: Constitui motivo para rescisão deste Termo, independente do instrumento de sua formalização, o descumprimento de quaisquer de suas cláusulas ou das normas estabelecidas na legislação vigente, pela superveniência de norma legal ou de fato que o torne material ou formalmente inexequível e, exemplificativamente, quando constatadas as seguintes situações:

1- O inadimplemento de quaisquer cláusulas pactuadas;
2- A utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
3- Constatação de irregularidade de natureza grave, no decorrer de fiscalizações ou auditorias;
4- A rejeição das contas apresentadas pela CONTRATADA.
5- Os partícipes poderão denunciar o Acordo, a qualquer tempo, de comum acordo ou unilateralmente, devendo, neste último caso, ser a denúncia formalizada, mediante comunicação com prova de recebimento e antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, conforme disposto no inciso XVI, do art. 42, da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Parágrafo segundo: A denúncia deverá ser comunicada por escrito e mediante notificação prévia com 60 (sessenta) dias de antecedência, somente produzindo efeitos a partir desta data, nos termos do item XVI artigo 42 da Lei 13.019/ 2014.

Parágrafo Terceiro: A rescisão do termo deverá observar os princípios da ampla e prévia defesa e do contraditório.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – É obrigação de a CONTRATADA manter e movimentar os recursos em conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei 13.019/2014

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – A execução do objeto terá início no máximo em 30 (trinta) dias corridos a partir da notificação do Condemat.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - As parte elegem o foro da comarca de Mogi das Cruzes (SP), com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

Parágrafo Único - Fica estabelecida a obrigatoriedade de prévia tentativa de solução administrativa para qualquer controvérsia, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública.

CONSTARÁ como anexo do Termo de Colaboração o plano de trabalho, que deles será parte integrante e indissociável.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Mogi das Cruzes (SP), ____ de _____ de 2018.

RODRIGO KENJI DE SOUZA ASHIUCHI	OSC – Organização de Sociedade Civil
Presidente do CONDEMAT	Presidente XXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS:

1) _____
Nome:
RG:

2) _____
Nome:
RG: